

Alexandre De Moraes Direito Constitucional Livro

[#Alexandre De Moraes Constitutional Law](#) [#Brazilian Constitutional Law](#) [#Constitutional Law Book](#) [#De Moraes Legal Works](#) [#Brazilian Supreme Court Justice Books](#)

Explore the comprehensive insights of Alexandre De Moraes' seminal work on Constitutional Law. This essential Brazilian Constitutional Law book offers an in-depth analysis of fundamental principles, rights, and the structure of the legal system in Brazil. Ideal for law students, legal professionals, and anyone seeking a definitive guide to constitutional jurisprudence from one of Brazil's most esteemed legal scholars and a Supreme Court Justice.

We continue to upload new lecture notes to keep our collection fresh and valuable.

Welcome, and thank you for your visit.

We provide the document Alexandre De Moraes Constitutional Law Book you have been searching for.

It is available to download easily and free of charge.

This document is highly sought in many digital library archives.

By visiting us, you have made the right decision.

We provide the entire full version Alexandre De Moraes Constitutional Law Book for free, exclusively here.

Direito Constitucional

O conteúdo é enriquecido com a citação da posição do Supremo Tribunal Federal em todas as questões importantes, indicando os repertórios ou mesmo o Diário da Justiça, no qual a íntegra da ementa ou do acórdão poderá ser encontrada. Assim, Alexandre de Moraes oferece um estudo profundo das normas constitucionais atuais, comparando-as com as Constituições brasileiras anteriores e de diversos países. Este livro fornece, ainda, uma visão geral do Direito Constitucional e sua aplicação diária a todos os demais ramos jurídicos e está atualizado com a Emenda Constitucional 128, de dezembro de 2022. ?

Direito constitucional

Uma das maiores conquistas de um povo é garantir a plena efetividade da Constituição, com plena aplicação de seus princípios e normas, sempre em defesa da Democracia e dos Direitos Fundamentais. Desde a Constituição Federal de 1988, no Brasil, o Direito Constitucional passou a estar realmente no dia a dia das pessoas, com consequências importantíssimas na consolidação de uma República mais justa, igualitária e respeitadora do indivíduo. Nesse contexto, a Jurisdição Constitucional ganhou extrema força, permitindo ao Poder Judiciário, e, especialmente, ao Supremo Tribunal Federal, a participação em todos os assuntos de relevância Institucional, Política, Social e Econômica do País, bem como analisando, interpretando e aplicando o real sentido de nossa proclamação de Direitos. Este livro traz uma série de artigos escritos para o prestigioso ConJur (Consultor Jurídico), analisando questões atuais e discutidas pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário nos anos de 2013 e 2014, sob a ótica constitucional. A análise viva do Direito Constitucional constitui a presente obra: JUSTIÇA COMENTADA. Livro-texto para a disciplina Direito Constitucional do curso de Direito. Manual de consulta para membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, advogados e demais profissionais de Direito. Recomendado para candidatos a concursos e ingresso em carreiras jurídicas.

Justiça Comentada

Trecho da obra - 'A excelência deste trabalho e o alto nível científico de que ele se reveste constituem fatores, que, além de confirmarem o expressivo significado e a importância da produção intelectual do Professor ALEXANDRE DE MORAES, eminente membro do Ministério Público paulista, tornam absolutamente dispensável qualquer apresentação de seu novo livro. A honrosa possibilidade de prefaciar esta magnífica obra permite-me, no entanto, especialmente em face do seu rico conteúdo doutrinário

e jurisprudencial, destacar a decisiva importância que o conhecimento e o estudo da Constituição da República assumem no processo de consolidação da ordem democrática, em nosso País. Não basta, contudo, somente conhecer a Constituição. Mais do que isso, impõe-se respeitá-la, forjando-se, no espírito dos governantes e dos cidadãos, a consciência de sua inquestionável superioridade. O inaceitável desprezo pela Constituição não pode converter-se em prática governamental consentida. Ao menos, enquanto houver um Poder Judiciário independente e consciente de sua alta responsabilidade política, social e jurídico-institucional. É por essa razão que o Supremo Tribunal Federal, mais do que qualquer outro órgão judiciário, não pode renunciar ao exercício desse encargo, pois, se a Suprema Corte - guardiã da Constituição, por expressa delegação do Poder Constituinte - falhar no desempenho da gravíssima atribuição que lhe foi outorgada, a integridade do sistema político, a proteção das liberdades públicas, a estabilidade do ordenamento normativo do Estado, a segurança das relações jurídicas e a legitimidade das instituições da República restarão profundamente comprometidas. Daí o inquestionável relevo desta mais recente obra do Professor ALEXANDRE DE MORAES, cuja segura análise do texto constitucional - valorizada pela alta qualificação acadêmica de seu autor e enriquecida pelas autorizadas observações doutrinárias dela constantes - representa importante contribuição ao aperfeiçoamento científico dos estudos constitucionais em nosso País e ao fortalecimento da certeza de que uma Constituição Democrática, mais do que uma obra de caráter político-jurídico, traduz um compromisso irrenunciável dos cidadãos e dos governantes com a liberdade, com a segurança jurídica e com a construção de uma sociedade justa, livre e solidária.'

CONSTITUIÇÃO DO BRASIL INTERPRETADA E LEGISLAÇÃO

O que seria das Constituições sem os poetas, esses ourives das palavras, escultores dos sentimentos que vivem a lapidar, desde a aurora dos tempos, a existência humana? Os preâmbulos constitucionais, por exemplo, são essencialmente poéticos. Também as declarações de direitos fundamentais, especialmente as decorrentes de conflitos sociais gerados por impostos escorchantes. Nessa relação entre a poesia, o constitucionalismo e o direito tributário, onde se encontram o poeta e o hermeneuta? Há, no direito constitucional brasileiro, uma fresta de luz a nos iluminar na busca pelas respostas a essas perguntas? A presente obra honra a distinta presença, no constitucionalismo brasileiro, do Ministro Carlos Ayres Britto, que presidiu o Supremo Tribunal Federal. E o faz numa coletânea de artigos assinados por nomes de extraordinário valor, que apresentam o que de melhor o direito tributário brasileiro tem. Uma obra poética, refinada e inspiradora, como o homenageado

Direito constitucional (33a. ed.).

Nossa República pela ótica dos principais economistas, cientistas sociais e advogados do Brasil No dia 15 de novembro de 1889, no Campo de Santana, no centro do Rio de Janeiro, o marechal Deodoro proclamava o início da nossa República. Éramos à época um país que havia abolido a escravidão recentemente, com a população de apenas 14 milhões de habitantes, dos quais 82% eram analfabetos e 90% viviam em áreas rurais. Agora, em 2019, com 208 milhões de habitantes, somos uma sociedade majoritariamente urbana, com 7% da população analfabeta, mas ainda repleta de contrastes sociais, com índices de desenvolvimento muitas vezes inferiores aos alcançados por países com trajetórias semelhantes à nossa. Para analisar essa história, 39 pensadores brasileiros identificam os desafios, avanços e retrocessos da nossa República em textos curtos que levantam as principais questões dos nossos últimos 130 anos. Cada capítulo do livro cobre uma década e é composto por três textos: um sobre sociedade e política, outro sobre Estado e direito, e outro sobre governo e economia. Seguindo os pontos de vista particulares dos autores, diferentes e complementares entre si, cabe ao leitor juntar as peças do mosaico apresentado para entender o processo que culminou com a República como a conhecemos em 2019 e os desafios que se anunciam para o futuro.

Pareceres de direito público

O presente volume da Coleção 'Manuais de Legislação Atlas' dispõe sobre a igualdade entre os trabalhadores rurais e urbanos e introduz mudanças profundas no campo dos Direitos Sociais. Ao final, oferece um índice remissivo que facilita a consulta dos assuntos de interesse do leitor.

A Constituição Cidadã E O Direito Tributário

O fenômeno de contratualização das relações familiares e das relações sucessórias, tão bem caracterizado na presente obra, confirma a versão de que, no hodierno marco político e jurídico vigente, o Estado somente deve limitar as liberdades individuais em nome de iguais liberdades

individuais, ou seja, na exata medida da proteção da vulnerabilidade, seja em qualquer uma de suas possíveis facetas. Na ausência da necessidade de tutela de vulnerabilidades, o Estado deve sobrelevar seu compromisso democrático de valorização da autonomia dos indivíduos na condução de seus interesses individuais, em nome da defesa de um projeto constitucional ancorado sobre as bases do pluralismo e da dignidade da pessoa humana. Nesse sentido, os contratos, como a mais importante expressão da tradicional categoria dos negócios jurídicos e da força jurígena da autonomia privada, impõem-se como instrumento necessário para realização do projeto familiar e sucessório dos indivíduos, quer seja na planificação de interesses existenciais, como o planejamento familiar e a gestão de substituição, ou de clássicos interesses patrimoniais, tais como a escolha do regime de bens do casamento e da união estável até a ampliação da natureza jurídica do pacto antenupcial na atual configuração do casamento. A tendência à privatização da família chancelada pela Emenda Constitucional 66 acabou por transferir o controle da desconstituição familiar para os próprios membros: liberdade e responsabilidade caminham cada vez mais juntas, sendo que cônjuges e companheiros, a partir de uma arquitetura do projeto de vida individual e familiar construído no decorrer do relacionamento é quem devem definir os rumos familiares, a permanência ou não de vínculos pautados no afeto e em outros valores relevantes para si. Não há dúvidas de que há limites a esse movimento, principalmente quando estão em jogo situações jurídicas existenciais e vulnerabilidades, ou seja, em algumas circunstâncias, a responsabilidade com a alteridade deve ser prioritária a qualquer movimento que busque a negociabilidade. As coordenadoras buscaram reunir nesse livro algumas reflexões com o escopo de problematizar dilemas numa "zona cinzenta" interdisciplinar, ou seja, pretenderam problematizar espaços de autonomia negocial tanto no Direito de Família quanto no Direito Sucessório, a partir de novas demandas sociais e realidades familiares. O fio condutor que permeia tais reflexões é exatamente esse: no século XXI, como se revela a tensão entre ordem pública e autonomia privada? Quais são as possíveis soluções para problemas derivados dessa tensão, frente à crescente necessidade por espaços de liberdade no âmbito das relações familiares e do direito sucessório? Fica o convite para que o leitor possa nos acompanhar nessa trajetória de questionamentos e problematizações e o agradecimento aos autores e à editora Foco, por estarem conosco nesse projeto tão instigante.

130 anos

O mais completo relato sobre a atuação do principal tribunal do país, do Mensalão ao governo Bolsonaro. Desde o julgamento da ação penal 470, mais conhecida como Mensalão, o Supremo Tribunal Federal viu-se no centro do debate nacional. Seus integrantes se tornaram amplamente conhecidos e, também por isso, passaram a usar a opinião pública como fundamento para seus votos. Nos turbulentos anos de uma das maiores crises políticas e econômicas que o país já viveu, o protagonismo a que foi alçado o tribunal criou um conjunto novo de desafios. O jornalista Felipe Recondo, especialista na cobertura do STF, acompanha e analisa o cotidiano do Supremo há mais de uma década. Luiz Weber estuda o funcionamento do tribunal e analisa os movimentos e forças políticas que interagem com o STF. Ao longo de anos, os dois realizaram centenas de entrevistas para escrever *Os onze: O STF, seus bastidores e suas crises*. O livro traz histórias que permitem descrever os contornos, causas e consequências dos grandes casos que envolveram o tribunal, incluindo o recente e polêmico inquérito sobre fake news aberto por Dias Toffoli e comandado por Alexandre de Moraes. Onze é o número de ministros do Supremo, que atuam como "onze ilhas". A expressão foi cunhada pelo ex-ministro do STF Sepúlveda Pertence e se consolidou como chave de interpretação para o funcionamento do tribunal, com a proliferação de decisões monocráticas e a sucessão de embates internos. Num momento em que o STF se vê sob o ataque de expoentes do governo federal e de militantes nas redes sociais, entender as dinâmicas da última instância do poder judiciário é mais importante do que nunca.

Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988

With the focus on constructing a free, just, and compassionate society, this book provides a panoramic view of the most prominent discussions in constitutional law, democracy, and institutions of our time.

Democracia e sistema de justiça

Este livro celebra o encontro de reflexões sobre o papel do Estado e das Instituições diante dos desafios contemporâneos, visando apresentar perspectivas acerca do futuro do Multilateralismo. Nesta direção, de que maneira a atuação do Estado e das Instituições, bem como as diretrizes da

Governança Global, poderiam contribuir para a articulação de políticas públicas em meio à crise contemporânea? Como conduzir, nesse cenário, mecanismos factíveis que sejam condizentes com a plataforma da gestão ambiental e da promoção da sustentabilidade? Estes são alguns dos pontos que especialistas sobre o tema procuram explorar na presente obra.

Contratos, família e sucessões

"A presente obra é leitura essencial, como marco histórico do que foi a Operação Lava Jato, vista desde o ponto de vista do Direito, como uma deturpação dos postulados básicos do Estado de Direito, visto de forma geral e, especificamente, dos princípios processuais garantidos na Constituição e demais normas. De outro lado, é uma obra de extrema importância para aqueles que querem se debruçar sobre uma teoria constitucionalmente adequada da Decisão Judicial". Alexandre Gustavo Melo Franco de Moraes Bahia (Doutor em Direito Constitucional pela UFMG, Pós-Doutor pela Universidade do Porto, professor Associado na UFOP e IBMEC) "A obra de Crivellari é uma carta de amor ao Brasil, e uma iniciativa no sentido de refletir sobre o futuro de seu povo. Desde a juventude, o autor dedica-se a estudar o pensamento jurídico-político pátrio, o que se depreende da forma madura com que recorre a intelectuais como Raymundo Faoro (cujas observações acerca do patrimonialismo e do estamento burocrático brasileiro são determinantes para a imagem que Crivellari tece acerca da "magistocracia"). O caso Lula serve, assim, como uma grande angular que permite a Crivellari focalizar as rachaduras e as manchas que cobrem nosso edifício institucional, efetuando uma potente análise de conjuntura. Perspicaz, lúcido, dotado de inteligência panorâmica, sólido domínio filosófico e grande cultura, Crivellari oferece-nos, aqui, não só uma bela contribuição justicéica, mas uma pujante denúncia da degradação do Poder Judiciário nacional". Philippe Oliveira de Almeida (Doutor em Direito pela UFMG, com pós-doutorado pela UFSC e pela UFMG, professor adjunto de Filosofia do Direito na UFRJ) "A obra de Thiago Crivellari tem como um dos grandes méritos a relação direta com o interesse público e com uma crítica às forças que sequestram, arbitrária e cotidianamente, a história do Brasil. Nesse sentido, muito além do lugar de fala jurídico, de onde nasce a pesquisa que origina este livro, os conteúdos expressos nas páginas anteriores assumem uma amplitude que permite sua leitura a partir de outras áreas do conhecimento. Mais que isso: permite a reflexão por parte de qualquer leitor ou leitora que queira se aventurar pela fundamentação acerca de procedimentos desviantes, concretos e analisáveis, que habitam o Estado Constitucional brasileiro." Frederico de Mello Brandão Tavares (Jornalista e Mestre em Comunicação Social pela UFMG, Doutor em Ciências da Comunicação pela Unisinos, Pós-Doutor pela Universidade Nacional de La Plata, Argentina, Professor Associado da UFOP)

Os Onze

What is to be understood by 'rational legal argument'? To what extent can legal reasoning be rational? Is the demand for rationality in legal affairs justified? And what are the criteria of rationality in legal reasoning? The answer to these questions is not only of interest to legal theorists and philosophers of law. They are pressing issues for practicing lawyers, and a matter of concern for every citizen active in the public arena. Not only the standing of academic law as a scientific discipline, but also the legitimacy of judicial decisions depends on the possibility of rational legal argumentation. A theory of legal reasoning which tries to answer these questions pre-supposes a theory of general practical reasoning. This theory is the subject matter of the first two parts of the book. The result is a theory of general practical discourse which rests on insights of both Anglo-Saxon and German philosophy. It forms the basis of the theory of rational legal discourse, which is developed in the third part of this book.

Democratic Government and Constitutional Jurisdiction

"Um desenho do processo constitucional em sentido estrito: eis o que escrutina a obra que se tem em mãos, fruto da tese de doutoramento desenvolvida na centenária Universidade Federal do Paraná, no âmbito do altamente conceituado Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito, com a orientação dos ilustres processualistas Prof. Dr. Clayton de Albuquerque Maranhão e Prof. Dr. Luiz Guilherme Marinoni. Honrando, portanto, uma tradição que remonta a Egas Dirceu Moniz de Aragão, o jovem processualista Luiz Henrique Krassuski Fortes, que, antes de alçar voo na advocacia, integrou os quadros de meu gabinete no STF, é graduado e mestre pela UFPR. Obteve, com a defesa do presente trabalho, o grau de doutoramento e a Editora Thoth, com esta obra, vem brindar a comunidade jurídica brasileira. Na tese que deu origem ao livro, o autor convida o leitor para mirar

o Supremo na edificação da estrutura de sua casa de máquinas. Dedicar-se, assim, a minudentar a principal função da Corte, tal como lhe foi atribuída pelo legislador de 1988: guardar a Constituição, em missão amparada, como não poderia deixar de ser, no Direito Constitucional positivo. O resultado é sólido, de fôlego. O autor encontrou, em suas próprias palavras, um ‘problema da vida’, consubstanciado na complexidade do desenho institucional do STF. Dele partiu para análise do problema teórico-dogmático subjacente, ou seja, a descrição da existência de um elemento condutor capaz de outorgar, por meio da positividade constitucional, o sentido da guarda da Constituição exercida pelo STF. Consequentemente, tratou da futura reconstrução prescritiva do processo constitucional adequado”. Min. Luiz Edson Fachin, do Prefácio

Cenários contemporâneos no âmbito da governança global

Sobre a obra *Contratos, Família e Sucessões Diálogos Interdisciplinares - 3a Ed - 2023* A obra que ora apresentamos ao leitor se inclui no âmbito de um processo mais amplo de reflexão e ressignificação do estudo do Direito e do Direito Privado na contemporaneidade. A complexidade do mundo da vida, inerente a uma sociedade secularizada, recusa o abstracionismo oitocentista e suas classificações e categorias herméticas por evidente insuficiência em explicar a dinâmica do fenômeno jurídico. Através do olhar aguçado de alguns dos mais modernos e estudiosos juscivilistas, vindos dos quatro cantos do Brasil, as instituições do Direito Privado se revelam entrelaçadas, conectadas e coimplicadas em textos que evidenciam que a função do Direito na vida das pessoas somente se perfaz levando a sério a interdisciplinaridade e a visão crítica necessária para (re)construção de um conhecimento jurídico eficiente, que dialoga com a realidade, mas que não se descarta do cientificismo e da consistência teórica de seus argumentos. Em cada um de seus capítulos, o livro aponta a tendência, já revestida de franca realidade, de valorização da autonomia privada dos indivíduos na condução de seus interesses civis, evidenciando a geografia imposta pela tensão entre autonomia privada e ordem pública inerente ao atual Estado Democrático de Direito brasileiro. O fenômeno de contratualização das relações familiares e das relações sucessórias, tão bem caracterizado na presente obra, confirma a versão de que, no hodierno marco político e jurídico vigente, o Estado somente deve limitar as liberdades individuais em nome de iguais liberdades individuais, ou seja, na exata medida da proteção da vulnerabilidade, seja em qualquer uma de suas possíveis facetas. Na ausência da necessidade de tutela de vulnerabilidades, o Estado deve sobrelevar seu compromisso democrático de valorização da autonomia dos indivíduos na condução de seus interesses individuais, em nome da defesa de um projeto constitucional ancorado sobre as bases do pluralismo e da dignidade da pessoa humana. Nesse sentido, os contratos, como a mais importante expressão da tradicional categoria dos negócios jurídicos e da força jurígena da autonomia privada, impõem-se como instrumento necessário para realização do projeto familiar e sucessório dos indivíduos, quer seja na planificação de interesses existenciais, como o planejamento familiar e a gestão de substituição, ou de clássicos interesses patrimoniais, tais como a escolha do regime de bens do casamento e da união estável até a ampliação da natureza jurídica do pacto antenupcial na atual configuração do casamento. A tendência à privatização da família chancelada pela Emenda Constitucional 66 acabou por transferir o controle da desconstituição familiar para os próprios membros: liberdade e responsabilidade caminham cada vez mais juntas, sendo que cônjuges e companheiros, a partir de uma arquitetura do projeto de vida individual e familiar construído no decorrer do relacionamento é quem devem definir os rumos familiares, a permanência ou não de vínculos pautados no afeto e em outros valores relevantes para si. Não há dúvidas de que há limites a esse movimento, principalmente quando estão em jogo situações jurídicas existenciais e vulnerabilidades, ou seja, em algumas circunstâncias, a responsabilidade com a alteridade deve ser prioritária a qualquer movimento que busque a negociabilidade. As coordenadoras buscaram reunir nesse livro algumas reflexões com o escopo de problematizar dilemas numa “zona cinzenta” interdisciplinar, ou seja, pretenderam problematizar espaços de autonomia negocial tanto no Direito de Família quanto no Direito Sucessório, a partir de novas demandas sociais e realidades familiares. O fio condutor que permeia tais reflexões é exatamente esse: no século XXI, como se revela a tensão entre ordem pública e autonomia privada? Quais são as possíveis soluções para problemas derivados dessa tensão, frente à crescente necessidade por espaços de liberdade no âmbito das relações familiares e do direito sucessório? Além da atualização dos artigos, a segunda edição conta com 4 (quatro) novos textos, que abarcam problemas atuais e propõem soluções nesse campo que reclama cada vez mais a atuação criativa e responsável de todos que lidam com os desafios do exercício da autonomia no direito de família e sucessões. Fica o convite para que o leitor possa nos acompanhar nessa trajetória de questionamentos e problematizações e o agradecimento aos autores

e à editora Foco, por estarem conosco nesse projeto tão instigante. Ana Carolina Brochado Teixeira
Renata de Lima Rodrigues

Decisionismo Judicial Brasileiro

O advogado eleitoralista, Kennedy Diógenes, propôs-se a trazer ao mundo das letras jurídicas um livro que abordasse os temas mais palpitantes do Direito Eleitoral, estes permeados pelos conceitos dos principais institutos deste ramo. Para de ter ideia, a cassação do Delegado Francischini, o indeferimento de Dallagnol, a suplência sem cláusula de barreira, os critérios das candidaturas laranja, dentre outros, são alguns dos casos tratados nos capítulos seguintes, dando o tom da modernidade dos temas apresentados. Ao mesmo tempo, o livro passeou pela história do Brasil e narrou, a partir da transformação da sociedade e do Estado, a formação do processo democrático brasileiro, guardando a memória e as razões das minirreformas que costumam anteceder aos anos eleitorais. São com estas balizas que o “Processo e o Direito Eleitoral”, em edição totalmente revisada e ampliada, foi concebido, tendo a pretensão de propiciar ao operador do Direito, ao político, ao gestor público e ao estudante, conhecimento e cidadania por meio de um livro agradável de ler, simples de entender e fácil de consultar, servindo, tanto para pesquisas, quanto como “manual de combate” durante as campanhas eleitoral, já que fruto da atuação do autor como advogado eleitoralista ao longo de quase duas décadas. Cabe registrar que a primeira edição deste livro foi em 2020, ano marcado pela pandemia da covid-19, que impingiu ao Congresso Nacional a produção de leis especiais e emendas constitucionais que amparassem a realização das eleições daquele ano, alterando o calendário eleitoral em face do necessário combate a este mal que afligiu a humanidade. Da mesma forma, o ano da segunda edição também tem sido marcado por outro vírus, o do radicalismo, pois, com a alternância natural do Poder na Presidência da República, nas Eleições Gerais de 2022, o Brasil presenciou, em 2023, um acirramento da polarização política, contestação do resultado eleitoral e ameaça de ruptura institucional, atingindo o seu paroxismo em 8 de janeiro, com os atos extremistas no Distrito Federal.

A Theory of Legal Argumentation

O livro “Operação Lava Toga” demonstra como alguns ministros do Supremo Tribunal Federal foram mudando de lado em relação à luta contra a corrupção e como o tribunal se comportava na época do mensalão - marco na mudança de comportamento da sociedade brasileira frente aos crimes de colarinho branco e em relação à própria atuação política. A obra também relata o envolvimento pessoal com partidos e políticos, fatos suspeitos e até criminosos envolvendo ministros da Suprema Corte e como isto tudo afeta o posicionamento deles em relação ao efetivo combate à corrupção, tão esperado pela sociedade. Antes do julgamento do mensalão, descrito em resumo na introdução do livro, nunca se tinha visto tanta gente acompanhando e, com tanto interesse, o longo julgamento, em muitas tardes de audiência na TV Justiça e que fez, definitivamente, “o gigante acordar” e as pessoas passarem a agir como atores na luta contra a corrupção endêmica que tomou conta do país. Entretanto, enquanto os brasileiros torciam como num campo de futebol pela condenação (ou, uns poucos, pela absolvição) dos mensaleiros, os políticos descobriam novas formas e mais eficazes de assaltar os cofres públicos, o que foi descoberto com o advento do chamado petrolão, que envolvia não somente o Partido dos Trabalhadores, como no caso do mensalão, mas todos os partidos que davam sustentação ao governo petista e que, por isso, se acharam no direito de também sangrar os cofres públicos. Aliás, as investigações da Lava Jato, que começaram em 2009, coincidem com a época em que o Supremo Tribunal Federal fazia a instrução criminal das ações contra os mensaleiros, cujo relator foi o ex-ministro Joaquim Barbosa. A Operação Lava Jato foi bem recebida no âmbito do STF, pela maioria dos ministros, inclusive Gilmar Mendes, que fazia rasgados elogios ao trabalho desenvolvido pela força tarefa - sediada em Curitiba -, que teve a ousadia de mandar prender diversos políticos e empresários ligados ao esquema criminoso comandado pelo PT. A coisa, porém, começou a tomar novos rumos quando as investigações do MPF avançaram sobre outros partidos, especialmente, sobre políticos do PSDB e MDB. Aí, o ministro Gilmar Mendes passou a militar ferozmente contra a Lava Jato, com ataques públicos aos procuradores da República, categoria a que ele já pertenceu, mas que sempre tentou amordaçar. Como Gilmar Mendes é o mais falastrão dos ministros da Suprema Corte, ele também é o mais citado na obra, em situações tais que já motivou diversos pedidos de impeachment, sempre arquivados por presidentes do Senado Federal, por razões óbvias: a maioria dos políticos tem rabo preso com a Justiça e querem que seus processos continuem parados no STF. O livro cita vários dos crimes de responsabilidade atribuídos a Gilmar Mendes e outros indícios de crimes que, se houvesse um conselho que julgasse ministros supremos, já o teria colocado para fora, pois envergonha qualquer tribunal, a permanência de magistrados com tal má reputação. Mas não é

somente Gilmar Mendes. O livro aborda a atuação suspeita de outros ministros como Antônio Dias Toffoli e Ricardo Lewandowski, que vêm somar com Gilmar Mendes, o rol de acusações por crimes de fraude eleitoral, manter jagunços em suas propriedades rurais, traficar influência em benefício próprio, enriquecimento ilícito, venda de decisões judiciais, crimes contra a ordem tributária e outros. Na verdade, todos os ministros do Supremo são citados em algum capítulo da obra, com poucos sendo motivo de elogio e outros sendo motivo de protesto por sua atuação autoritária, como Alexandre de Moraes. O principal objetivo da obra é escancarar para a sociedade o que ministros, usando de sua imunidade e do corporativismo que impera no Supremo, conseguem manter debaixo do tapete. Já passou da hora de se fazer uma investigação séria no Judiciário brasileiro, mas, como isto até hoje não foi possível, a "Operação Lava Toga" dá a sua contribuição para mostrar à sociedade quem são, de fato, os ministros do Supremo que merecem aplausos e quem merece o impedimento, para que não continuem a fazer uso da toga para proteger seus corruptos de estimação e evitar que o Estado os atinja com investigações fiscais e policiais.

Supremo Processo Constitucional

Este livro reúne artigos científicos de professores, magistrados, membros do Ministério Público, advogados, colegas de trabalho e ex-alunos do Professor Rui Geraldo Camargo Viana. A coletânea tem como fio condutor um dos temas de predileção do homenageado: os direitos da personalidade. Com o advento da teoria dos direitos da personalidade, a concepção jurídica tradicional – exclusivamente patrimonial, migra da categoria histórico-conceitual do "ter" para o "ser". Por isso atualmente fala-se em "repersonalização" do direito civil. Cada artigo apresentado oferece a essência do assunto eleito, sem comprometimento da qualidade jurídica. Desejamos que a obra conduza o leitor a avivadas e profundas reflexões. Esta obra mostra-se, desde já, de grande valia e de obrigatória consulta pelos estudantes de direito, pós-graduandos, magistrados, membros do ministério público, advogados, estudiosos e público em geral, pelo que também cumprimos a Editora Almedina por trazer à lume mais uma obra referencial. GISELDA MARIA FERNANDES NOVAES HIRONAKA. A obra que prefacio já nasce como verdadeiro destaque no mundo jurídico. Parabeno a editora Almedina que sempre se mostra aberta aos projetos de homenagem, e que recebe em sua casa os autores que contribuíram com sua obra. TERESA ANCONA LOPEZ

Contratos, Família e Sucessões Diálogos Interdisciplinares - 3a Ed - 2023

O constante e incontrolável crescimento da produção tecnológica ocasionou significativas mudanças, não somente na forma de produção, mas, também, no comportamento daqueles que participam das relações de trabalho, levando-nos a ter que repensar toda a sistemática anterior da relação empregado/empregador; muitas vezes regulada por legislações que não previam o surgimento dessa nova "era digital". Transformações na forma de produzir, na forma de controlar o trabalho, na forma de se comunicar, tem exigido respostas de juristas em um curto espaço de tempo, sendo o objetivo deste livro a busca por essas respostas (através de um estudo multidisciplinar, e com o apoio da doutrina, da jurisprudência, e do Direito comparado), e mais especificamente se dentro dessa nova realidade o poder diretivo do empregador permite que ele exerça o total controle do que denominamos "novas ferramentas de trabalho".

O Processo e o Direito Eleitoral

The rapid spread of judicially-enforced constitutional rights has been one of the most dramatic developments in modern law. This book argues that there is now a global model for how such rights should function, and develops an original, philosophically grounded, account of their nature and scope.

Operação Lava Toga

Uma análise crítica de aspectos do texto Constitucional que inaugurou o Estado Democrático de Direito da nação brasileira e pretende comprovar a existência de inaceitáveis distorções quanto ao trato dos direitos políticos de civis e militares. Partindo do conceito de cidadania, a presente obra delimita uma parcela de direitos conferidos aos militares pela atual Carta Cidadã, demonstrando a ofensa ao princípio da isonomia, uma vez que se encontra consideravelmente relativizado quando confrontados referidos direitos com aqueles correspondentes, atribuídos aos demais cidadãos. Acredita-se que a ditadura militar, (que deixou profundas marcas e feridas ainda abertas na sociedade brasileira) é a razão de os constituintes estabelecerem rígidas condições para o pleno exercício da cidadania aos militares brasileiros. Atualmente, há uma geração de militares que não vivenciaram nem protagonizaram os

episódios históricos do regime militar, mas que são submetidos às regras restritivas do pleno exercício da cidadania, motivadas talvez em retaliação a atos que não cometeram. O ideal de justiça tem sido alcançado nesta forma de tratar o cidadão militar? O tribunal de Nuremberg, por exemplo, condenou os generais de Hitler por crime contra a humanidade. Era de se esperar que as autoridades brasileiras, respirando o atual Estado democrático de Direito, adotassem semelhante medida, enquanto alguns dos protagonistas do regime militar ainda vivem; caso contrário, restará apenas a condenação dos fantasmas do passado e aos militares do presente, o injusto legado de uma cidadania de segunda categoria.

Direitos da Personalidade

Elaborados por especialistas, os volumes da Coleção Carreiras Específicas apresentam as matérias divididas em temas e subtemas, com gabaritos e comentários em todos os capítulos. Para cada questão há ainda uma informação extra, chamando a atenção do candidato para aspectos relevantes sobre o tema. Ao final dos capítulos, tópicos que farão a diferença na sua preparação: Raio-X, Importante saber, Súmulas e legislação pertinentes, Jurisprudência selecionada e Bibliografia recomendada.

Correspondência Eletrônica (e-mails) nas Relações Laborais e o Direito à Privacidade do Empregado

Após muito trabalho e constante preocupação com o conteúdo, a Saraiva Educação, em 2024, apresenta à 28ª edição do livro Direito Constitucional, da Coleção Esquematizado®, do renomado Mestre e Doutor Pedro Lenza. Além de essencial para os leitores que se preparam para os concursos públicos de níveis superior e médio, esta obra atende as necessidades dos estudantes de graduação e vem conquistando os operadores do direito que buscam uma fonte de consulta prática, além de professores em sala de aula na preparação dos alunos. A obra conta com os seguintes pilares: Superatualizado: com base na legislação e jurisprudência e na linha dos concursos públicos de todo o País; Palavras-chave: a utilização do azul e do negrito possibilita uma leitura panorâmica da página, facilitando a fixação do assunto; Formato: leitura mais dinâmica e estimulante, proporciona a sensação de que o autor está conversando com o leitor; Recursos gráficos: auxiliam o estudo e a memorização dos principais temas. A obra traz os principais aspectos do direito constitucional, abordando desde assuntos como noções básicas do direito constitucional, poder constituinte, separação de poderes, guiando o leitor por meio de conceitos, evolução histórica e seus aspectos, além de tratar do controle de constitucionalidade, abordando a análise evolutiva do sistema brasileiro, as espécies de inconstitucionalidade, entre outros temas de extrema importância para a preparação para provas e concursos. Adquirindo a obra, o leitor também conta com um ambiente de aprendizagem digital exclusivo, o Saraiva Conecta, com: Banco de Questões dentro da Plataforma: apresentação de questões de provas de concursos; Downloads em PDF de questões separadas por assuntos de acordo com os capítulos do livro; Videoaulas e Resolução das questões comentadas pelo Professor Pedro Lenza, facilitando a percepção das matérias mais cobradas em provas, bem como a fixação do assunto e a checagem do aprendizado. Esperamos que esta obra, em sua nova edição e com as ferramentas e tecnologias empregadas no livro, continue ajudando todos àqueles que se preparam para provas e concursos públicos. Data de fechamento da edição: 08/02/2024.

The Global Model of Constitutional Rights

O presente trabalho pretende identificar a natureza jurídica da responsabilidade civil da Administração Pública pelo dano ambiental coletivo, verificando os distintos enfoques doutrinários e as previsões constitucionais no ordenamento jurídico Brasileiro. Busca-se também verificar se o Estado tem responsabilidade pelo Dano ambiental e qual seria o fundamento desta responsabilidade na ordem jurídica e nos princípios gerais e específicos de Direito. Neste sentido procura-se identificar as hipóteses em que a Administração Pública é responsável pelo Dano ambiental, seja nos casos de licenciamento e controle de atividades diretamente nocivas; seja nos casos como poluidora direta. Pretende-se ainda, analisar os componentes da responsabilidade civil pelo dano ambiental, tipologia do dano ambiental e as dificuldades inerentes ao tema. Espera-se compreender a aplicação desses conceitos na espécie, responsabilidade da Administração Pública no caso de licenciamento de empresas que provocam dano ambiental e modalidade de responsabilidade. Por fim, ao longo do documento será verificado o posicionamento da jurisprudência sobre o tema em debate.

Cidadania Militar

Panoramas plurais é o nome que recebe esta coletânea de Direitos Constitucionais, que caminha para o seu segundo volume, e essa pluralidade pode ser verificada pelos leitores quando da visualização do conteúdo dos trabalhos que a formam. A pluralidade do conteúdo e da abordagem que os autores imprimiram aos seus trabalhos reflete muito como nossa sociedade enxerga os temas, e as eventuais divergências existentes é o que move a ciência e contribui para sua evolução, sempre para responder aos dilemas que surgem rotineiramente.

CARREIRAS ESPECÍFICAS - Ministério público federal

"Curso de Direito Constitucional Contemporâneo\

Direito Constitucional Esquematizado® - 28ª edição 2024

State-of-the-art critical reviews of recent scholarship on the causes of juvenile delinquency, juvenile justice system responses, and public policies to prevent and reduce youth crime are brought together in a single volume authored by leading scholars and researchers in neuropsychology, developmental and social psychology, sociology, history, criminology/criminal justice, and law.

Responsabilidade Civil Extracontratual Da Administração Pública Pelo Dano Ambiental Coletivo

Trata-se de livro de Direito Constitucional em que são discutidos conceitos preliminares de Teoria da Constituição, Direitos e Deveres Fundamentais, por meio de uma escrita acessível a todos, independentemente de possuírem ou não formação ou conhecimentos técnico-jurídicos. Ressalta-se, ainda, que o texto é bem estruturado e fundamentado, sendo, portanto, uma obra ideal para todos aqueles que buscam um primeiro contato com o Direito Constitucional, seja no estudo formal do Curso de Direito, seja nas preparações, revisões e estudos destinados à realização de concursos públicos. Assim, o livro Direito Constitucional – Teoria da Constituição, Direitos e Deveres Fundamentais pode ser uma importante ferramenta de estudo-aprendizagem para todos que buscam dar o primeiro passo rumo ao conhecimento do Direito Constitucional brasileiro.

Direito Constitucional: panoramas plurais

Chegamos à 27.ª edição da obra Direito Constitucional Esquematizado, com muito trabalho e constante preocupação com o conteúdo. Sucesso entre os concurseiros, esta obra atende as necessidades dos estudantes de graduação, dos profissionais de direito e daqueles que buscam uma fonte de consulta prática. Trata-se de um verdadeiro método de ensino, com linguagem fácil e direta, e com recurso gráfico que auxilia o estudo e a memorização dos principais temas. O texto está adequado e ampliado considerando as 128 emendas constitucionais e as principais decisões do STF. O leitor conta com um ambiente pessoal de aprendizagem com material digital exclusivo, com acesso a videoaulas, banco de questões, vídeo de resolução de questões, questões de provas e concursos para treino, e muito mais. Esperamos que esta obra, em sua nova edição e com as ferramentas e tecnologias empregadas no livro, continue ajudando todos àqueles que se preparam para provas e concursos públicos. Data de fechamento da edição: 17/01/2023

Contratos, família e sucessões

Curso de Direito Constitucional Contemporâneo, do Ministro Luís Roberto Barroso, é uma introdução abrangente à teoria da Constituição e ao direito constitucional, conduzida por um autor reconhecido nacional e internacionalmente. A visão humanista do doutrinador e a perspectiva prática do Ministro dão a esta obra um toque de originalidade e fascínio que a torna atraente, a um só tempo, para jovens iniciantes e para professores experientes. Este volume, dedicada aos conceitos fundamentais e à constitucional do novo modelo, contém uma verdadeira Parte Geral do direito constitucional brasileiro, com a exposição didática e crítica dos grandes temas e das principais transformações ocorridas nos últimos anos.

Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo

Impunha-se o tratamento científico da temática da legitimidade do controle judicial sobre as decisões referentes às matérias afeitas a políticas públicas destinadas à realização dos direitos fundamentais. O trabalho, expositivo e analítico, perpassa à análise da formação dos Estados, Constitucionalismo, sendo o Princípio da Separação dos Poderes observado sob ótica crítica, aliada a uma nova visão de

separação proposta pela doutrina de vanguarda. Os direitos Humanos e os direitos fundamentais são objeto de diferenciação e análise, uma vez que são os temas centrais de proteção. Da mesma maneira, analisam-se normas programáticas nas Constituições, sobretudo a eficácia que possuem sobre as demais normas do ordenamento jurídico. Com isso, os fenômenos do ativismo judicial e judicialização da política são conceituados e caracterizados ao longo da dissertação, embora tenha sido a eles guardado capítulo próprio, sendo também mencionada a temática dos processos estruturais, em especial, o estado de coisas inconstitucional. O tema também é analisado em cotejo com o mínimo existencial e reserva do possível. A prática é exposta considerando-se casos que surgiram ao longo da pesquisa, com análise das decisões judiciais proferidas. O objeto da conclusão prende-se ao fato de ser possível a intervenção judicial nas políticas públicas para o fim de realização dos direitos fundamentais.

The Oxford Handbook of Juvenile Crime and Juvenile Justice

O Brasil, nos últimos anos, vem se mantendo como um dos países mais violentos contra as minorias sexuais e de gênero. No Brasil, ser minoria sexual e de gênero é um risco e que coloca em risco a própria existência de maneira digna. Dados de organizações não governamentais revelam que o preconceito, homotransfobia é uma prática reiterada e compartilhada, em razão do histórico de formação da sociedade brasileira. Além disso, as condutas discriminatórias permeiam os mais diversos espaços e arenas, desde o público até o privado. Por consequência, as minorias sexuais ficam renegadas a uma subcondição dentro da realidade nacional, o que implica em marginalização, emudecimento e invisibilidade. Por óbvio, tal questão não se afasta das relações de trabalho; ao contrário, ainda direitos muito básicos se encontram longe de uma concretização, tais como o acesso ao banheiro feminino, por parte das mulheres trans, ou, ainda, a inclusão das minorias sexuais e de gênero no âmbito das políticas previdenciárias e de acesso a postos de trabalho. O ciclo da marginalização se renova com o fortalecimento dos discursos e das práticas segregacionistas. A partir de tal painel, "Discriminação de LGBTQIA+ nas relações de trabalho" reúne 25 capítulos que buscam se debruçar sobre a questão de sexualidade e de gênero e suas repercussões nas relações de trabalho, colocando sob a lente os empecilhos e desafios inerentes à temática. Tauã Lima Verdan Rangel Estudos Pós-Doutorais em Sociologia Política pela UENF. Doutor e Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFF. Coordenador do Grupo de Pesquisa "Fases e Interfaces do Direito: Sociedade, Cultura e Interdisciplinaridade no Direito" – FAMESC – Bom Jesus do Itabapoana-RJ.

Direito Constitucional

O autor Flávio Martins apresenta o Curso de Direito Constitucional como resultado de uma vida dedicada aos estudos e à docência. Dividido em 24 capítulos, destina os capítulos iniciais à análise da Teoria Geral do Direito Constitucional e os capítulos finais ao Direito Constitucional Positivo. A presente 6ª edição, foi revista, ampliada e atualizada, contando com um novo capítulo: Ordem Econômica e Financeira. Neste capítulo, o autor aborda temas como agências reguladoras, Estatuto da Cidade, função social da propriedade, autonomia do Banco Central, livre iniciativa na jurisprudência do STF e etc. Além disso, o livro conta com profunda atualização jurisprudencial e legislativa, abordando temas como a Análise Econômica do Direito; Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância; Direito Antidiscriminação; Novos temas de Constitucionalismo: constitucionalismo digital, constitucionalismo aversivo, entre outros; Análise de temas polêmicos: orçamento secreto, Inquérito das Fake News, entre outros. Em complemento ao livro, o estudante ainda conta com conteúdo digital exclusivo com videoaulas com os principais temas abordados na obra, questões de concursos e provas da OAB comentadas em vídeo e quatro capítulos online, totalizando mais de 180 páginas de conteúdo! Por fim, serão oferecidas atualizações sobre os principais temas de Direito Constitucional, a serem disponibilizadas até dezembro de 2022.

Direito Constitucional Esquematizado - 27ª edição 2023

A obra é dividida em três partes: doutrina, jurisprudência comparada e comentada e legislação. Na parte doutrinária são comentadas questões fundamentais, antecedentes históricos e desenvolvimento da arbitragem no Brasil, a constitucionalidade da lei de arbitragem, a arbitragem internacional, a lei aplicável às arbitragens internacionais e a arbitragem em matéria de dívida externa. Na segunda parte, foram selecionados 19 temas polêmicos, que têm sido debatidos perante tribunais arbitrais, tribunais estatais estrangeiros e tribunais brasileiros, resultando em um panorama amplo sobre cada um dos temas pesquisados. Na terceira parte vem a legislação brasileira sobre a matéria, atual e pretérita,

legislação de arbitragem de países com os quais o Brasil mantém diversos níveis de relacionamento comercial, tratados e convenções internacionais sobre a matéria e regulamentos das mais importantes câmaras arbitrais no Brasil e no exterior.

Curso de Direito Constitucional Contemporâneo

Premiado na categoria Melhor Livro de Direito da 50ª edição do Prêmio Jabuti, este Curso é resultado da parceria do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) com a Saraiva Educação. Atualmente em sua décima nona edição, se tornou, graças à colaboração de seus leitores, uma das obras mais prestigiadas do Direito Constitucional brasileiro. A fim de se perpetuar como referência para a formação acadêmica de estudantes e para a consulta por parte dos profissionais do Direito, esta edição foi totalmente revista e atualizada. O estudioso encontrará atualizações diversas que se referem a novos rumos da jurisprudência e aportes de reflexão jurídica, compreendendo também as decisões mais recentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores. Além disso, a edição explora temas ainda pouco desenvolvidos pela doutrina nacional, com o objetivo de propiciar ao leitor material sólido que municie a sua visão crítica, para aproximá-lo dos desafios mais prementes e relevantes da vida constitucional. O leitor perceberá, também, que a história profissional de cada Autor, paralela ao magistério, influi no trato objetivo das questões suscitadas. Gilmar Ferreira Mendes é Ministro do Supremo Tribunal Federal (decano). Paulo Gustavo Gonet Branco é atualmente Procurador-Geral da República. O selo Saraiva Jur e o IDP esperam que o livro motive novas vocações para o Direito Público e confirme e estimule as já existentes. A 19ª edição - 2024 foi revista e está atualizada até a Emenda Constitucional n. 132/2023 - Reforma Tributária. Data de fechamento da edição: 26-1-2024.

Controle Judicial de Políticas Públicas

Feira de Iniciação Científica 2014: ciência, tecnologia e inovação: Livro de Destaques